

INSTRUÇÃO NORMATIVA AGE Nº 003, DE 09 DE JUNHO DE 2020.

Estabelece **Modelo de Relatório de Avaliação e Monitoramento** sobre a **Implementação da Lei de Acesso à Informação – LAI, exercício 2019**, no âmbito dos Órgãos e das Entidades do Poder Executivo do Estado do Pará e o prazo para a entrega do mesmo à Auditoria Geral do Estado – AGE.

O **AUDITOR GERAL DO ESTADO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei Estadual Nº 6.176/1998 e alterações posteriores, conforme Art. 5º, Incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, IX, XII e XV, c/c o disposto no Decreto Estadual Nº 2.536/2006, de acordo com os Artigos 4º e 18, Inciso VIII e XV, e:

CONSIDERANDO as disposições do Decreto Estadual Nº 1.359, de 31 de agosto de 2015, Regula o acesso a informações previsto nos incisos X e XXXIII do art. 5º e no inciso II do § 3º do art. 37 da Constituição Federal e no inciso II do art. 29 e no § 5º do art. 286 da Constituição do Estado do Pará e na Lei nº 12.527, de 18/11/2011;

CONSIDERANDO que por força do Art. 61, inciso II e parágrafo único do Decreto Estadual Nº 1.359, de 31 de agosto de 2015, os Órgãos e as Entidades do Poder Executivo do Estado do Pará, tem o dever de encaminhar à Auditoria Geral do Estado – AGE relatório anual sobre as ações realizadas pelo Ente para garantir o cumprimento da Lei Acesso à Informação – LAI.

RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar o Modelo de Relatório de Avaliação e Monitoramento sobre a Implementação da Lei de Acesso à Informação – LAI, exercício 2019, a ser encaminhado à Auditoria Geral do Estado – AGE, por meio do processo administrativo eletrônico (PAE)¹.

Parágrafo Único. A forma de apresentação do referido Relatório, constante do modelo em Anexo I, possui natureza e característica **não cogente**, podendo apresentar flexibilizações e adequações em conformidade a realidade organizacional do Órgão, da Entidade e do Fundo.

Art. 2º. A **Auditoria Geral do Estado** disponibiliza no seu site, na aba: **Transparência Pública**, o Modelo de Relatório de Avaliação e Monitoramento sobre a Implementação da Lei de Acesso à Informação – LAI, exercício 2019, com fito de atender aos dispositivos do Decreto Estadual Nº 1.359, de 31 de agosto de 2015, pelos Órgãos e Entidades do Poder Executivo do Estado do Pará.

¹ Decreto Estadual nº 2.176, de 12 de setembro de 2018. Art. 1º Fica instituído o Processo Administrativo Eletrônico (PAE) no âmbito dos órgãos e das autarquias, fundações, fundos públicos, empresas públicas e sociedades de economia mista, dependentes do Tesouro Estadual, do Poder Executivo do Estado do Pará.

Art. 3º. O modelo de relatório aprovado e disponível no Anexo I desta Instrução Normativa não **são cogentes**, facultando ao Órgão, a Entidade e ao Fundo utilizarem modelos mais adequados e pertinentes a realidade organizacional, desde que preservados todos os itens de avaliação e monitoramento do Relatório de Avaliação e Monitoramento sobre a Implementação da Lei de Acesso à Informação – LAI, exercício 2019.

Art. 4º. Os Órgãos e Entidades integrantes do Sistema de Controle de Interno do Poder Executivo do Estado do Pará tem o dever de encaminhar à **AGE** o Relatório de Avaliação e Monitoramento sobre a Implementação da Lei de Acesso à Informação – LAI, exercício 2019, até o dia 10/06/2020.

Parágrafo Único. O descumprimento do prazo estabelecido no caput do Artigo 4º, ensejará o não recebimento do referido Relatório por esta Auditoria Geral do Estado – AGE, salvo se houver expressa anuência do Auditor Geral do Estado em conceder novo prazo.

Art. 5º. Esta Instrução Normativa e Anexo I - Modelo de Relatório de Avaliação e Monitoramento sobre a Implementação da Lei de Acesso à Informação – LAI, exercício 2019, entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

ILTON GIUSSEPP STIVAL MENDES DA ROCHA LOPES DA SILVA
Auditor-Geral do Estado do Pará.

ANEXO I

**RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO
SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI DE ACESSO À
INFORMAÇÃO – LAI.**

EXERCÍCIO 2019.

IDENTIFICAÇÃO:

<<Órgão/Entidade/Fundo >>

INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O SIC:

1 - Sobre o funcionamento do SIC em seu órgão/entidade, é correto afirmar:

Por favor, relatar as opções que se aplicam:

- O SIC está previsto na estrutura organizacional (organograma);
- O gestor SIC é servidor público efetivo;
- O gestor SIC é servidor público comissionado;
- Todos os servidores/funcionários do SIC são servidores públicos efetivos;
- A maioria dos servidores/funcionários do SIC é servidor público efetivo;
- A maioria dos servidores/funcionários do SIC é comissionada;
- Nenhuma das opções.

2 - Selecione os itens que refletem a estrutura do órgão/entidade em 2019:

Por favor, relatar as opções que se aplicam:

- O SIC funciona em local de fácil acesso;
- A localização do SIC é acessível a pessoas com deficiência;
- Nenhuma das opções.

3 - O SIC disponibiliza quantos computadores para serem utilizados pelo cidadão para o atendimento presencial?

Por favor, relatar as opções que se aplicam:

- 0
- 1
- 2
- 3

- 4 ou mais

4 - Além do e-SIC, o órgão/entidade disponibiliza outros canais de atendimento a pedidos de informação?

Por favor, relatar as opções que se aplicam:

- Balcão
- Telefone
- E-mail
- Protocolo
- Ouvidoria
- Não são disponibilizados outros canais
- Outros, se houver, relatar.

5 - Quantos servidores em exercício no SIC trabalham exclusivamente nessa atividade?

Por favor, relatar as opções que se aplicam:

- 0
- 1
- 2
- 3
- 4 ou mais

6 - Quantos servidores do órgão/entidade participaram de capacitação sobre o direito ao acesso à informação em 2019?

Por favor, relatar as opções que se aplicam:

- Até 10 servidores
- De 11 a 30 servidores
- De 31 a 50 servidores
- De 51 a 100 servidores
- Mais de 100 servidores

7 - Os servidores do SIC têm necessidade de capacitação sobre algum dos assuntos apontados abaixo?

Por favor, relatar as opções que se aplicam:

- Informações básicas sobre a Lei nº 12.527 e Decreto Estadual nº 13.059/2015;
- Boas práticas para atendimento a pedidos de informação;
- Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão **e-SIC**;

- Obrigações de transparência ativa;
- Gestão documental;
- Classificação de informações;
- Dados abertos;
- Outros, se houver, relatar.

GESTÃO DOCUMENTAL:

8 - Em 2019, houve aprimoramento na gestão documental do órgão/entidade em relação aos itens indicados abaixo?

Por favor, relatar as opções que se aplicam:

- Definição de fluxos para tramitação de processos;
- Criação de manuais de procedimentos;
- Melhoria de sistemas;
- Estabelecimento de política de gestão de informação;
- Não houve aprimoramento na gestão documental;
- Outros, se houver, relatar.

TRANSPARÊNCIA ATIVA:

9 - Os Órgãos e Entidades implementaram em seus sítios na *internet* seção específica intitulada “Transparência Pública” para a divulgação de informações de interesse público, coletivo ou geral por eles produzidas, acumuladas ou custodiadas, observado o disposto nos Arts. 7º e 8º da Lei no 12.527, de 2011?

Por favor, relatar as opções que se aplicam:

- estrutura organizacional, competências e atividades desenvolvidas, detalhados por unidade do Órgão ou Entidade, legislação aplicável, incluindo a relacionada à criação, estrutura, competências e área de atuação, normativos e manuais internos, principais cargos e seus ocupantes, endereço e telefones das unidades, horários de atendimento ao público;
- programas, projetos, ações, obras, serviços e atividades, com indicação da unidade responsável, principais metas e resultados e, quando existentes, indicadores de resultado e impacto;
- repasses ou transferências de recursos financeiros concedidos, diretamente do orçamento ou mediante subvenções sociais, contrato de gestão, termo de parceria, convênios, termos de colaboração ou de

- fomento, acordo, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com disponibilização, quando for o caso, do plano de trabalho, termo original e aditivos, publicações no Diário Oficial do Estado, notas de empenho e ordens bancárias, relatórios, pareceres ou laudos, parciais e finais, de acompanhamento, fiscalização ou vistoria do objeto do instrumento celebrado;
- registro das despesas, com detalhamento da execução orçamentária e financeira;
 - licitações realizadas e em andamento, incluindo processos de dispensa, de inexigibilidade e de adesão a registro de preços, contendo, conforme o caso, as publicações no Diário Oficial do Estado, editais, anexos e resultados, além dos contratos firmados, incluindo termos aditivos e apostilamentos, notas de empenho e ordens bancárias emitidas, termos de recebimento do bem ou serviço;
 - bens imóveis do Órgão ou Entidade, com indicação precisa do endereço de cada imóvel e data em que a relação de bens foi atualizada;
 - autorizações de uso, alienações, doações, permissões, cessões e concessões de bens públicos;
 - resultado final de inspeções, fiscalizações, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos Órgãos de Controle Interno e Externo, incluindo prestações de contas e relatórios de gestão relativos a exercícios anteriores;
 - remuneração e subsídio recebidos por ocupantes de cargo, posto, graduação, função e emprego público, incluindo auxílios, ajudas de custo, jetons e quaisquer outras vantagens pecuniárias, bem como proventos de aposentadoria e pensões daqueles que estiverem na ativa, de maneira individualizada;
 - respostas a perguntas mais frequentes da Sociedade;
 - contato da Autoridade de Gerenciamento do Órgão ou Entidade, telefone e correio eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC;
 - outros, se houver, relatar.

10 - O sítio eletrônico do órgão/entidade possui:

Por favor, relatar as opções que se aplicam:

- Ferramenta de pesquisa de conteúdo;
- Possibilidade de gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto;
- Possibilidade de acesso automatizado por sistemas externos em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina;
- Divulgação detalhada dos formatos utilizados para estruturação da informação;

- Garantia de autenticidade e integridade das informações disponíveis para acesso;
- Mecanismo de atualização das informações;
- Indicação de local e instruções que permitam ao interessado comunicar-se, por via eletrônica ou telefônica, com o órgão ou entidade;
- Recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência.

11 - O órgão/entidade fiscaliza se as entidades sem fins lucrativos, para as quais repassa recursos públicos, divulgam as informações listadas no § 10 do Art. 9º do Decreto Estadual nº 13.059/2015:

Por favor, relatar as opções que se aplicam:

- Sim, além das informações previstas no item 9 – Transparência Ativa, deste Relatório, o Órgão ou Entidade concedente divulga a cópia do estatuto social atualizado da entidade, em seu sítio na *internet*;
- Sim, além das informações previstas no item 9 – Transparência Ativa, deste Relatório, o Órgão ou Entidade concedente divulga a relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, em seu sítio na *internet*;
- Não;
- Não são destinados recursos a entidades sem fins lucrativos.

INFORMAÇÕES CLASSIFICADAS E DESCLASSIFICADAS:

12 - O órgão/entidade instituiu Comissão Interna de Avaliação de Documentos e Informações – CIADI, obrigação prevista no Art. 38 do Decreto Estadual n. 1.359/2015.

Por favor, relatar as opções que se aplicam:

- Sim, em 2019;
- Sim, antes de 2019;
- Não.

13 - Em 2019, o órgão/entidade recebeu pedidos de desclassificação ou de revisão da classificação de informação?

Por favor, relatar as opções que se aplicam:

- Sim, pedido de revisão de classificação de informação, em 2019;
- Sim, pedido de desclassificação de informação, em 2019;
- Sim, pedido de revisão de classificação de informação, antes de 2019;
- Sim, pedido de desclassificação de informação, antes de 2019;
- Não.

14 - Em 2019, houve modificação no entendimento do órgão/entidade acerca de informações que antes eram consideradas sigilosas e que, a partir da LAI, passaram a ser divulgadas?

Favor relatar ocorrência de apenas uma das opções a seguir:

- Sim
- Não

14.1 - Descreva qual foi a modificação de entendimento ocorrida.

Se a resposta foi 'Sim' na questão '14' (14 - Em 2019, houve modificação no entendimento do órgão/entidade acerca de informações que antes eram consideradas sigilosas e que, a partir da LAI, passaram a ser divulgadas?)

Por favor, relatar a ocorrência.

15 - A Autoridade Máxima do Órgão ou Entidade publicou em seu sítio na internet o rol das informações que tenham sido desclassificadas nos últimos 12 (doze) meses?

Favor relatar ocorrência de apenas uma das opções a seguir:

- Sim
- Não

16 - A Autoridade Máxima do Órgão ou Entidade publicou em seu sítio na internet o rol das informações classificadas em cada grau de sigilo?

Favor relatar ocorrência de apenas uma das opções a seguir:

- Sim

- Não

17 - A Autoridade Máxima do Órgão ou Entidade publicou em seu sítio na *internet* relatório estatístico com a quantidade de pedidos de acesso à informação recebidos, atendidos e indeferidos?

Favor relatar ocorrência de apenas uma das opções a seguir:

- Sim
- Não

18 - A Autoridade Máxima do Órgão ou Entidade publicou em seu sítio na *internet* informações estatísticas agregadas dos Requerentes?

Favor relatar ocorrência de apenas uma das opções a seguir:

- Sim
- Não

Autoridade Máxima do Órgão ou
Entidade

<< Nome, Id. Funcional.>>

Autoridade de Gerenciamento do Órgão
ou Entidade

<< Nome, Id. Funcional.>>